

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Referência à aquisição de materiais para Educação Física para serem usados no PROGRAMA CRESCER SAUDÁVEL E PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE., que consiste num conjunto de ações articuladas, a serem implementadas na Rede de Atenção à Saúde do SUS para garantir o adequado acompanhamento do crescimento e desenvolvimento na infância, com vistas a prevenir, controlar e tratar a obesidade infantil.

**2 – JUSTIFICATIVA / RESULTADOS ESPERADOS**

2.1 A prática de atividade física é essencial para a qualidade de vida da população, ajuda na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, o controle do peso corporal, melhora quadros de ansiedade e depressão. Diante disso, faz-se necessário a aquisição de materiais. O mesmo contribuirá com a promoção da prática de Atividade Física, aliada às rotinas de lazer, adequadas à faixa etária e às condições físicas da criança.

**3 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

3.1 - A empresa CONTRATADA deve fornecer os materiais para a educação física em conformidade com os especificados no Anexo I ao presente Termo de Referência.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**4 – VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**

4.1 - Para esta contratação em tela se utilizará como parâmetro pesquisa mercadológica, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Órgão Orçamentário	02.007 – Secretaria Municipal de Saúde
Programa	122 – Administração Geral
Ação	2042 – Manutenção das Atividades da Rede Primária da Atenção Básica
Fonte	15001002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 1600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Elemento de despesa	3.3.9030 – Material de Consumo

**6 – MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

6.1 – A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle Interno sugere que o critério de julgamento da proposta seja por meio de processo licitatório, modalidade pregão, com fulcro na Lei nº 8.666/93.

**7 – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

7.1 – O fornecimento dos produtos deverá obedecer às seguintes condições:

a) O objeto deverá ser entregue de acordo com os as especificidades deste Termo de Referência, contados do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE;

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

b) Deverão ser realizados adequadamente, de forma a permitir completa segurança, assim como para serem utilizados;

c) O produto deverá ser entregue no almoxarifado na Avenida Mônica Dantas, 28 - centro – Macaíba/RN; Horários: Das 08h às 16h, de segunda a sexta-feira.

d) As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega ocorrerão por conta da Contratada.

7.2 – O recebimento e aceitação dos produtos seguirão as condições abaixo:

7.2.1 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência;

7.2.2 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento;

7.2.3 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das certidões previstas. É importante, ainda:

a) Observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

7.2.4 – Constatada irregularidades no objeto contratual, o órgão solicitante poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou reincidir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.2.5 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pelo órgão solicitante.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**8 – CONDIÇÕES DE PRAZOS PARA PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias, após a entrega do produto, através da secretaria solicitante, por meio de crédito em conta bancária do fornecedor, acompanhado da entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:

a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se da nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da secretaria solicitante, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;

a.1) Será concedido um prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de autuação (protocolização) da nota fiscal/fatura perante a unidade gestora, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste edital.;

a.2) Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por vícios na execução, erros ou incorreções, o prazo estabelecido no item a.1 passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação; e

b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa vencedora, CNDT, essenciais a liquidação, e;

c) Indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

Parágrafo primeiro – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas no presente Termo de Referência e no Contrato.

Parágrafo segundo – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, na pendência de qualquer uma das situações a seguir especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

uma das situações a seguir especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

5.2.1. A falta de atestação pelo CONTRATANTE, com relação ao cumprimento pela execução dos serviços objeto deste Contrato, das notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

5.2.2. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 5.1, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação dos novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento:

5.2.2.1. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurando à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados.

5.3. O CONTRATANTE pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

## **10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 – Ter plenas condições de prestar os serviços e/ou entregar o objeto estabelecido em Contrato, atendendo todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade fiscal, fornecimento do objeto e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

10.2 – Apresentar o preço do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, seguros e demais encargos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.3 – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades no material fornecido, que configurem vício e/ou defeito de qualquer natureza os quais comprometam a qualidade do produto, em prazo razoável, acordado com a CONTRATANTE.

10.4 – Solicitar, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem de responsabilidade da CONTRATANTE.

10.5 – Suportar a incidência de pena de natureza pecuniária (multas, juros e correção monetária), imposta por inobservância de qualquer obrigação contratual, desde que, comprovadamente, tenha lhe dado causa.

10.6 – Manter a regularidade jurídico econômico-financeira e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato.

10.7 – Cumprir fielmente todas as disposições constantes no Contrato.

10.8 – Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida, conforme este Termo de Referência e disposto no Contrato.

10.9 – Utilizar-se das novas facilidades tecnológicas, quanto aos serviços e equipamentos utilizados.

10.10 – Informar à Contratante a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

10.11 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até o limite de vinte e cinco por cento (25%) do valor global do contrato.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.12 – Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços contratados.

**11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 – A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo, observadas a ordem cronológica de pagamentos e a forma estabelecidos em Contrato.

11.2 – Fornecer os materiais médicos que serão esterelizados, propiciando a execução dos serviços prestados pela Contratada, de forma satisfatória.

11.3 – A Prefeitura Municipal de Macaíba, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, terá plenos poderes para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, por si ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, nas formas previstas na Lei 8.666/93 e deverá acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto.

11.4 – A CONTRATANTE designará os Fiscais do Contrato dentre os integrantes da unidade demandante dos serviços, que se responsabilizará pela fiscalização dos serviços prestados, em consonância com as especificações deste Termo de Referência. Esses fiscais serão responsáveis pelo registro, por meio de relatório, de todas as possíveis ocorrências e deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando o imediato saneamento dessas irregularidades.

11.5 – A CONTRATANTE providenciará, a sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia em atendimento ao *parágrafo único*, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.6 – Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas durante a prestação dos serviços.

11.7 – Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive, quanto à não interrupção dos serviços prestados, observando se os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir que eles continuem os mais vantajosos para a administração.

11.8 – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como aplicar à licitante contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, e, ainda,

I - efetivar a satisfação do crédito contratada de acordo com as normas contratuais e com as demais disposições estabelecidas em Contrato

II - prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada, pertinente à execução dos serviços contratados;

III - efetuar o recebimento dos serviços, por meio do Gestor do Contrato – no caso, a Secretaria Municipal de Saúde –, fornecendo comprovante à contratada;

IV - comunicar à contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que sejam tomadas as providências necessárias para sanar os problemas;

V - sustar/recusar o recebimento dos serviços que não estiverem em conformidade com as especificações e características do produto adquirido, objeto deste Termo de Referência;

VI - exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejarem a contratação dos serviços;

VII - enviar à contratada, sempre que necessário, as especificações necessárias ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII - efetuar a fiscalização e o recebimento dos serviços, objeto do contrato



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

decorrente deste procedimento, por meio do servidor formalmente designado para funcionar como gestor contratual.

**12 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1 – Caberá ao gestor contratual, a Secretaria Municipal de Saúde, anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

12.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser submetidas e/ou solicitadas imediatamente à autoridade superior para a adoção das medidas convenientes.

**13 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica, bem como de estrutura e de quadro de pessoal com a expertise necessária ao desempenho dos serviços inerentes ao objeto deste Termo de Referência.

**14 – VIGÊNCIA CONTRATUAL**

14.1 – O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura, com prazo de 12 (doze) meses.

14.2 – Quando o prazo final para fornecimento do produto e/ou serviço, ou para o término da vigência contratual recair em um dia em que não haja expediente administrativo na Prefeitura Municipal de Macaíba, esse prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

**15 – SANÇÕES**

15.1 – Apliquem-se as penalidades usualmente propostas para prestadores de serviços, tais como multas diárias por atraso, correspondentes a percentual do valor do contrato.

15.2 – Nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas no Edital de Licitação e das demais penalidades legais, a CONTRATADA que:

- a) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) não retirar a ordem de serviço, quando convocada dentro do prazo de vigência do contrato;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- e) ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- f) não mantiver a proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.3 – O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do § 3º, art. 25, do Decreto Estadual nº 20.103/07, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária.

15.4 – Para fins de aplicação de penalidades, a autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento semelhante tem a mesma eficácia jurídica que o instrumento contratual, devendo consignar quais as sanções previstas em caso de falta na execução do contrato.

15.5 – Nos casos em que a entrega do produto ou a prestação do serviço ocorrer de forma fracionada, a multa incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.6– Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais:

I – advertência;

II – multa:

a) de mora;

b) compensatória ou contratual;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III;

V - impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

15.7 – As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do **ITEM 15.6** podem ser aplicadas cumulativamente com as previstas no inciso II do mesmo item.

15.8 – O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeita o contratado à multa de mora no percentual de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.

I - Nos casos em que a execução do objeto do contrato ocorrer de forma fracionada, a multa prevista neste artigo incide apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

II - O atraso será contabilizado em dias corridos.

III - A incidência da multa de mora é limitada a 30 (trinta) dias.

15.9 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode, garantida a defesa prévia, aplicar multa de:

I - 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial;

II - 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.

15.10 – A multa pode ser aplicada conjuntamente com as demais sanções previstas

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

nos incisos I, III, IV e V do **ITEM 15.6**.

15.11 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, é cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura, e, não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta do MPRN.

I - A multa é descontada, primeiramente, da garantia do respectivo contratado.

II - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda dessa garantia, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.12 – A aplicação das sanções previstas nos incisos I e II do **ITEM 15.6** deste Termo de Referência é de competência da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

I - As sanções de advertência e multa podem ser aplicadas pelo gestor do contrato, desde que haja previsão no contrato, na autorização de compra, na ordem de execução de serviço, ou no edital do procedimento licitatório.

II - O fiscal do contrato deve fazer as anotações de irregularidades e encaminhá-las ao gestor do contrato para fins de providências quanto à aplicação das sanções.

15.13 – As sanções previstas nos incisos III, IV e V do **ITEM 15.6** deste Termo são de competência do Prefeito Municipal.

15.14 – A sanção prevista no inciso IV é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, sendo facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.15 – O gestor do contrato pode analisar e deferir o pedido de dilação de prazo de entrega ou de execução de serviço devidamente justificado, desde que não ultrapasse o dobro do prazo inicialmente estabelecido.

15.16 – O gestor do contrato deve encaminhar os autos do procedimento

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

administrativo para análise da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nos casos de requerimento de dilação de prazo de entrega ou de execução do serviço superior ao dobro do prazo inicialmente estabelecido.

15.17 – O gestor do contrato deve intimar o particular contratado para apresentação de defesa prévia, dando-lhe, para isso, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando verificado o descumprimento de obrigação contratual.

15.18 – O gestor deve analisar a justificativa apresentada pelo contratado em sua defesa e decidir pela aplicação ou não de penalidade.

15.19 – Os autos do procedimento devem ser encaminhados para análise da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, quando o gestor acolher a justificativa da empresa e decidir pela não-aplicação de penalidade.

15.20 – Da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I, II, III e V do **ITEM 15.6** deste Termo, caberá recurso dirigido ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da intimação de aplicação da sanção.

15.21 – No caso das sanções aplicadas pelo gestor do contrato, o recurso será encaminhado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para manifestação.

15.22 – Ocorrendo a inexecução de que trata o **ITEM 15.6**, reserva-se à **CONTRATANTE** o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Prefeito Municipal, para as providências cabíveis.

15.23 – Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

15.24 – No caso de descumprimento do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, por período superior a 30 (trinta) dias, o gestor do contrato encaminhará notificação para dar ciência do contrato à(s) fazenda(s) credora(s).

15.25 – À Comissão Permanente de Licitação caberá efetuar o registro da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

aplicação das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

15.26 – As sanções administrativas dispostas neste termo não excluem as previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber.

ELABORADO POR:

  
Ana Katerynne Campos Lacerda  
Função: Nutricionista

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

EM: 07 de Junho de 2022.

De acordo e aprovo:

  
\_\_\_\_\_  
Roberta Guilhermina Cordeiro da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	COLCHONETE ESPUMA EM COURO SINTÉTICO, MEDINDO 95X58X2,5 CM. ENCHIMENTO EM ESPUMA.	UND	50
02	Super Band Elástico Extensor Borracha Crossfit - Nível Médio, Categoria: Profissional Outros: Intensidade Médio Principais Benefícios: Fortalecimento Muscular Dimensões: 208 cm comprimento x 2,3 cm largura x 0,5 espessura Material : Borracha Natural Látex de Alta Resistência Resistência: de 12 a 23 kgs	UND	30
03	Super Band Elástico Extensor Borracha Crossfit - Nível Leve Categoria: Profissional Outros: Intensidade Leve Principais Benefícios: Fortalecimento Muscular Dimensões: 208 cm comprimento x 1,3 cm largura x 0,5 cm espessura Material : Borracha Natural Látex de Alta Resistência Resistência: de 7 a 12 kgs	UND	30
04	HALTER. MATERIAL: EMBORRACHADO. PESO: 1 KG	UND	20
05	HALTER. MATERIAL: EMBORRACHADO. PESO: 2 KG	UND	40
06	HALTER. MATERIAL: EMBORRACHADO. PESO: 3 KG	UND	40
07	Kit Faixas Elásticas - Mini band (3 Resistências). Composição: Látex. Dimensões Aproximadas: Leve: 0,4x25 (LxA) cm /Moderada: 0,7x25 (LxA) cm/ Forte: 1x25 (LxA) cm	UND	20
08	TATAMES PARA LUTAS EM EVA, MEDINDO 100 CM X 100 CM X 2 CM (PLACAS DE ENCAIXE).	UND	10
09	Cinturão de Tração Duplo Muvin CTC-200, Unissex, Indicado para: Treinamento, composição: Polipropileno / Poliéster / Neoplex / PVC / Aço.	UND	20
10	Fita de suspensão – 220 cm de comprimento, 4 cm de largura e suporte até 120 kg	UND	10

*Amale*